

# AUTO-GESTÃO KRAHÔ

**Voltar a ser Krahô na abundância, superando a submissão. Esta é a estratégia dos índios e indigenistas que participam de uma experiência de auto-gestão incômoda à política indigenista oficial.**



**Gilberto Azanha\***

**A** ocupação pacífica da sede da Ajudância da Funai em Araguaína, no norte de Goiás, durante cerca de 20 dias de dezembro do ano passado, por 300 Apinayé, Xerente e Krahô foi um movimento que catalisou várias insatisfações dos índios daquela região para com a política indigenista oficial. O estopim foi a anunciada transferência do chefe da AJARINA, Antonio João de Jesus. Os índios não gostaram.

Para os Apinayé e Xerente, o que estava em jogo basicamente era a demarcação de suas terras, tantas vezes prometida, compromisso assumido pelo chefe da Ajudância.

Para os Krahô, que já têm suas terras demarcadas, a bronca era outra. Não estavam dispostos a tolerar a substituição do funcionário local da Funai, sem serem consultados previamente. Desde a rebelião de janeiro de 82, que culminou no mês seguinte com a criação da Ajudância, tinha ficado combinado entre os índios e o então presidente da Funai que, dali por diante, os funcionários locais do órgão teriam necessariamente que ser aprovados pelos Krahô.

A ocupação do ano passado, desencadeou uma série de medidas repressivas por parte da Funai de Brasília. O chefe da Ajudância e mais 4 funcionários, foram acusados de incitamento e, para começar, tiveram seus contratos de trabalho suspensos com base num inquérito administrativo. Na seqüência, foram abertos inquéritos policiais e a Funai entrou com pedidos de demissão "por justa causa", na justiça do trabalho.

Aos índios, a Funai reservou, como se verá adiante, pacotes de medidas diferenciados. Aos Krahô foi destinado o mais ardiloso deles, na tentativa de quebrar seu poder maior de negociação e anular as conquistas dos últimos anos.

(\*) Antropólogo, foi coordenador, entre 1975 e 77, do "Projeto de desenvolvimento comunitário Krahô/Funai". Posteriormente, passou a coordenar um projeto alternativo patrocinado pelo CTI. Proximamente defenderá sua tese de mestrado na USP, intitulada "A forma Timbira: estrutura e resiliência"

## **A criação da AJARINA e outros avanços**

Em janeiro de 82 os Krahô da aldeia Galheiro, revoltados com a repressão exercida pela 7ª DR/Funai de Goiânia contra o trabalho que antropólogos e indigenistas do CTI realizavam na área (iniciado em 1975), espancaram dois funcionários "paus-mandados" diante de agentes da PF que os acompanhavam em missão especial. Além do mais, todos foram mantidos como reféns até percorrerem todos os roçados da aldeia e desmentirem a acusação de que os índios estavam plantando maconha. Este episódio, e seu desdobramento imediato, representou um marco na história do relacionamento Krahô com o órgão tutor e com os brancos de um modo geral.

A administração central da Funai em Brasília reagiu prontamente e de maneira inusitada. O então presidente cel. Paulo Leal, há 4 meses no cargo, trouxe as lideranças Krahô à capital, aceitou suas reivindicações e colocou-as em prática: afastou o delegado da 7ª DR, Ivan Baiocchi; criou a AJARINA (Ajudância Autônoma de Araguaína), diretamente vinculada à Brasília; e concedeu uma autorização formal para que Gilberto Azanha, antropólogo do CTI, coordenasse os trabalhos da Funai na área e, juntamente com os índios, escolhesse os funcionários a serem contratados.

Para os Krahô, o fato de um presidente da Funai reconhecer publicamente que "os caciques são chefes de nações e nenhuma acusação leviana pode ser feita contra suas pessoas" (FSP, 20/01/82) e que "os índios têm o direito de terem os seus amigos e convidá-los a suas aldeias" (O Globo, 20/1/82), contrariava a tradição autoritária do SPI e da Funai no trato com as iniciativas indígenas e abria uma nova perspectiva de respeito à sua real soberania. Naquele momento, o sucesso dos Krahô na negociação com a Funai se deveu a dois fatores: primeiro, o caráter insólito do episódio em si (o espancamento de funcionários pelos, até então, "pacíficos" Krahô) e sua repercussão na imprensa escrita e na televisão; em segundo lugar, porque a solução imediata do conflito vinha de encontro com a missão assumida pelo novo presidente da Funai, qual seja, a de recuperar a imagem do órgão perante a opinião

*pública, ensaiando uma política de conciliação e diálogo que pudesse conter os ânimos que a catastrófica gestão do Cel. Nobre da Veiga havia acirrado sistematicamente.*

*A exemplo do que vinha ocorrendo com os índios do Galheiro, onde o CTI vinha atuando, os Krahô das demais aldeias (com exceção do Rio Vermelho) passaram a exigir o controle e a administração direta dos recursos alocados em nome das comunidades, pela Funai. Essa prática se desenvolveu ao longo de 82 e 83, com a assessoria constante do chefe do PI Krahô, Fernando Schiavini de Castro e do chefe do PI Cachoeira, Paulo César da Silva. As dificuldades geradas no âmbito da política interna das aldeias em decorrência deste novo procedimento, foram superadas pela maioria dos Krahô que encontraram uma forma própria de administrar os recursos.*

*É importante assinalar que a autogestão praticada pelos Krahô teve como ponto de partida uma discussão entre os índios, sobre o seu próprio futuro. Até então, colocavam-se basicamente duas alternativas históricas para os Krahô: virar kupen (branco) ou permanecer Krahô, o que significa correr com tora, fazer festa e passar fome e, sobretudo, a submissão ao representante branco que lhes concedeu a terra, condição de sua sobrevivência.*

*Todo trabalho que tem sido realizado na área tem consistido em viabilizar concretamente uma terceira alternativa: voltar a ser Krahô na abundância, superando a submissão.*

*Sem entrar nas considerações teóricas que embasam esta pretensão, o fato é que os Krahô, a partir das ocorrências de janeiro de 82, decidiram tentar viver sem os funcionários que tradicionalmente ocupavam as funções de chefia de posto, atendimento de saúde, alfabetização, condução de veículos, etc. Os Krahô da aldeia Galheiro foram os que mais avançaram nesse sentido, substituindo os funcionários enviados pela Funai por membros da própria comunidade indígena e, o que é mais importante, gratificados pela própria comunidade, segundo suas possibilidades.*

*Essas práticas de autogestão Krahô, se não tinham o beneplácito explícito da Funai/Brasília durante a gestão Paulo Leal, contava com o apoio velado do chefe da Ajudância de Araguaína, Antonio João de Jesus.*

### **Endurecimento da FUNAI/Brasília**

*Com a queda do cel. Leal, a visita de rotina dos Krahô a Brasília para negociar os recursos para o projeto (83/84) — isto é, verbas e equipamentos para o trabalho agrícola, atendimento de saúde e educação — já encontrou na presidência da Funai o sr. Otávio Ferreira Lima, recém-empossado. Nessa ocasião ficou patente para os índios que a nova administração oporia resistências à experiência de autogestão.*

*Ao longo do ano, as suspeitas se confirmaram: ameaças constantes de sindicância para exame das prestações de conta, cortes de verba, etc., culminando com a intervenção na AJARINA, no final de novembro, com a substituição do chefe da Ajudância. O ato da intervenção foi executado devido à convicção expressa pelo presidente da Funai, de*

*que estaria em curso a propagação da “revolução Krahô” (sic). Para chegar a tal diagnóstico o presidente alinhavou fatos como: a visita que alguns Krahô fizeram a aldeia dos seus parentes Apinayé, em outubro de 83, para reforçar as discussões sobre a demarcação da área destes últimos e contar suas experiências no trato com a Funai; o fato da antropóloga Maria Eliza Ladeira, assessora da CVRD para a área Apinayé, ser membro do CTI e do chefe do PI Krahô, Fernando Schiavini, estar ligado à assessoria “comunista” (sic) do deputado Mário Juruna. Conclusão do presidente: estava em marcha um grande complot para “desestabilizar a autoridade da Funai no norte de Goiás”.*

*Na prática a Funai resolveu substituir o chefe da ajudância que, aliás, por ter assumido uma atitude ambígua durante os conflitos, negociando em sigilo sua substituição com a direção do órgão, acabou depois ganhando as desconfianças de todos.*

*Apesar disso, os índios queriam a permanência de Antonio João de Jesus até pelo menos a conclusão da demarcação da área Apinayé e da área Xerente do Funil.*

### **A tomada da Ajudância**

*Inconformados com a intransigência da Funai/Brasília, lideranças Xerente, Krahô e Apinayé foram à sede da AJARINA, expulsaram o novo chefe e convocaram o presidente da Funai para esclarecimentos. No melhor estilo do seu mestre cel. Nobre da Veiga, o sr. Otávio Lima disse aos índios que funcionário dele não era funcionário do índio e que ele substituíra quem ele quisesse. Em seguida, retirou-se das conversações. Foi aí que os índios reagiram de maneira mais enérgica, expulsando todos os funcionários, e ocupando a sede da Ajudância por 20 dias. Posteriormente se deslocaram para a área Apinayé e ameaçaram fazer a demarcação por sua própria conta, caso a Funai não estabelecesse um prazo para tal tarefa. Através de um telex, a Funai fixou 31 de março de 84 como prazo limite. Os índios retornaram então às suas aldeias, mas deixaram representantes dos vários grupos interessados na sede da Ajudância, incumbidos de acompanhar, passo a passo, todos os movimentos da nova administração.*

### **As perseguições da FUNAI**

*Enquanto isso a Funai se preparava para uma série de retaliações já mencionadas anteriormente: um inquérito administrativo e a suspensão dos contratos de cinco funcionários (1 da sede da Ajudância, 2 da área Krahô, 1 da Apinayé e 1 da Xerente), a abertura de inquérito policial e a tentativa de demiti-los alegando justa causa.*

*O inquérito administrativo traz no seu final uma série de recomendações das quais cito apenas três: 1.º) “resistir à pressão dos Krahô quanto às exigências de dinheiro...”; 2.º) impedir “definitivamente o ingresso na área Krahô do antropólogo Gilberto Azanha ou qualquer pessoa a ele ligada”; e 3.º) tentar “à recuperação do grupo Krahô através de um trabalho ininterrupto, utilizando-se do método chamado espelho que consiste em encaminhar uma comunidade num determinado sentido usando-se para isso, como exemplo, a conduta de outra comunidade”.*



Líderes Krahô reunidos com o secretário de Segurança Pública de Goiás, José Freire, para se queixar das perseguições policiais.

Estas recomendações foram seguidas e os funcionários da área Krahô indiciados em inquérito policial em Araguaína. No dia 20 de janeiro deste ano (84), com base na "Exposição de Motivos Interministerial n.º 055" (de 01.08.83, que regulamenta a entrada das polícias militares em áreas indígenas), a FUNAI mandou para a cidade de Itacajá, próxima à área Krahô, 25 soldados da PM de Goiás para retirar da área Fernando Schiavini de Castro. Os índios reagiram e Fernando, para evitar o pior, propõe ao comandante da força, que tinha ordens de levá-lo detido, que só iria se acompanhado das lideranças Krahô e em carro próprio — o que foi aceito. Foram para Araguaína onde Fernando recebeu oficialmente a intimação do processo policial e a suspensão de seu contrato de trabalho. Os Krahô que o acompanhavam fizeram saber à FUNAI então que não aceitariam mais qualquer outro funcionário por ela indicado, até o julgamento da reclamação trabalhista proposta pela FUNAI, marcado para o dia 21 de março em Araguaína.

Quando as lideranças, que tinham ido à Araguaína acompanhar Fernando, retornaram às suas aldeias, ficaram sabendo que o reforço da PM em Itacajá permanecia na cidade e que além disso tinham recebido ordens de não permitir o deslocamento dos índios, em número superior a três, para além Tocantins. As lideranças Krahô resolveram então ir até Goiânia para saber do governador Iris Resende

o porquê desta perseguição por parte da PM de Goiás ou, como diziam, saber por quais motivos a PM interferia em uma disputa entre eles e a FUNAI. O governador prometeu retirar os soldados e não interferir mais, o que foi feito. No dia 21 de março, as lideranças Krahô retornam à Araguaína para servir como testemunhas de defesa dos funcionários acusados na reclamação trabalhista proposta pela FUNAI. O julgamento desta questão durou 3 dias

O promotor de justiça de Araguaína, que acompanhou o processo na condição de "defensor dos interesses do estado de Goiás", deixou claro, em seu parecer, que a Funai ao formular suas acusações "só se baseou em indícios de provas" e que, pelos depoimentos dos índios, "fica também evidente que os conflitos que redundaram na ocupação da ajudância foram causados pela própria Funai". A sentença do juiz, que deu ganho de causa aos funcionários acusados de incitamento, confirma a posição do promotor afirmando que a Funai "prevaricou" neste episódio.

A Funai naturalmente recorreu da sentença mas tudo indica que esta é uma questão perdida para ela. Por aí já se vê que a "recuperação do grupo Krahô" pretendida pela Funai não será muito fácil. Além disso, o motivo principal da intervenção na ajudância — a auto-gestão praticada pelos Krahô — continua em vigor: as lideranças das 5 aldeias que estão sem funcionários recebem recursos diretamente da administração de ajudância, contra-recibo... Queira ou não o senhor Otávio Ferreira Lima, a "revolução Krahô" (sic) parece mesmo irreversível.